

VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM SITUAÇÕES DE CONFLITOS ARMADOS: teorização do feminismo a partir dos anos 1980

ISABELA ANDRADE¹; LUCIANA BALLESTRIN²

¹ Universidade Federal de Pelotas – isabela.aoandrade@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas – luballestra@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como proposta analítica observar as contribuições das teorias feminista internacionalista e feminista pós-colonial para a temática da violência de gênero, no que tange situações de conflitos armados. Para tanto, a pesquisa estabelece para análise, o período a partir da década de 1980, quando gênero, raça, classe e nacionalidade passaram a ser discutidas de forma interseccional. Além disso, no final dos anos 1980 também foi inaugurado o debate feminista na disciplina das Relações Internacionais.

A politização da vida privada ancorada na máxima “o pessoal é político” foi uma das grandes estratégias do feminismo para inserir suas pautas no debate político a partir do questionamento da separação entre as esferas pública e privada. Dentro da elaboração deste questionamento, insere-se a pauta da violência doméstica contra as mulheres. Reivindicando, portanto, pela constante problematização das questões pessoais e das relações afetivas, as feministas convocam o Estado, através de leis e de políticas públicas, para atuar no combate e na criminalização da violência doméstica, ou seja, no interior dos lares e dos espaços nacionais.

As reflexões a respeito da esfera privada e da violência contra as mulheres são de suma importância para se pensar estas mesmas questões em outro nível de análise, isto é, no plano internacional. Segundo Cynthia Enloe (2000), as Relações Internacionais de maneira geral deveriam considerar a experiência das mulheres de diversas localidades e âmbitos no escopo de sua teoria e prática. Ela pontua que nem mesmo feministas que, por óbvio, são sensíveis a uma análise que leve em consideração uma perspectiva de gênero endereçam suas preocupações a uma instância internacional. Há um constante apagamento das mulheres na política internacional e surge, então, o movimento inovador da autora: o pessoal é sim político, como conclamam as feministas, mas o pessoal é também internacional (Idem).

A exclusão de análises que considerem a experiência das mulheres torna-se ainda mais sintomática quando o assunto é conflitos armados, pois durante as guerras as mulheres são afetadas de diversas maneiras. Teorizar a respeito das masculinidades e feminilidades neste contexto tem se demonstrado cada vez mais primordial. No que compete à temática deste projeto, a problematização da violência de gênero tornou-se o objeto central.

O movimento e a teoria feminista possuem uma trajetória robusta atentando para a condição subalternizada das mulheres. No entanto, elaborar questões de gênero em intersecções com outras abordagens torna o feminismo mais complexo, de modo que se torna inviável e, inclusive, datado, utilizá-lo no singular. “Feminismos” vêm a ser a nomenclatura mais adequada para se tratar das mulheres como sujeitos políticos que experienciam a opressão de gênero de maneira distinta, variando entre localidades geográficas, classe, raça e orientação sexual.

Assim, internamente ao movimento e a teoria formam-se narrativas distintas, evidenciadas a partir da década de 1980, período em que intelectuais advindas de países do então chamado “Terceiro Mundo” passam a frequentar as instituições acadêmicas do Norte e se deparam com um feminismo ‘branco’, “ocidental” e “universalizante”. Dessa maneira, o crescente questionamento acerca da geopolítica do conhecimento, a questão da raça como categoria estruturante e demais apontamentos contidos no pós-colonialismo reverberaram no interior do debate feminista, ao mesmo tempo em que se constitui uma corrente feminista pós-colonial, podendo atribuir aos anos 1980 o marco temporal do encontro entre as duas abordagens teóricas (BALLESTRIN, 2015).

Tendo em vista que a emergência do feminismo pós-colonial coincidiu com a transnacionalização do movimento feminista em termos globais, é possível afirmar que o feminismo pós-colonial é parcialmente transnacional (MENDOZA, 2002). Ainda que seja sempre explicitado que seu lócus de enunciação dá-se a partir do Sul global, o estabelecimento de diálogos Sul – Norte são constantes e essenciais para a projeção do aporte teórico, que busca se constituir na maioria das vezes a partir do antagonismo em relação ao feminismo “ocidental”. No que tange mulheres e conflitos armados, essa discussão se conecta com o fato de que o Sul Global é mais vulnerável a esses conflitos. Lembra-se que são ocorrências públicas, estatais, de dimensões internacionais, mas não politizadas, teorizadas e pesquisadas com a mesma projeção.

Percebe-se o potencial poder interpretativo que as teorias feministas pós-colonial e internacionalista oferecem para o tema da violência contra as mulheres em situação de conflitos, assim a presente pesquisa pretende responder ao seguinte questionamento: **De que maneira as teorias feminista pós-colonial e internacionalista contribuíram, a partir da década de 1980, para a problematização em relação à violência de gênero em conflitos armados?**

2. METODOLOGIA

A pesquisa possui um viés teórico e está ancorada em uma abordagem eminentemente qualitativa, no que conta com fontes secundárias advindas de pesquisa bibliográfica. Neste caso, a pesquisa bibliográfica demonstra ser crucial para que as análises a respeito do que se busca problematizar possam ser feitas de maneira substancial e aprofundada. Assim sendo, a pesquisa conta com a produção teórica (artigos, livros, periódicos) de diversos trabalhos de feministas pós-coloniais e daquelas pertencentes ao campo das Relações Internacionais, que se denomina aqui como “feminismo internacionalista”. Destacam-se as contribuições de Loomba (2005), Mohanty; Pratt; Riley (2008); Enloe (2002) e Sjorberg; Via (2010). Observa-se ainda que a bibliografia especializada acerca e gênero e conflitos armados é pouco trabalhada no Brasil.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tendo em vista que a pesquisa encontra-se em andamento, é possível estabelecer algumas considerações parciais, somente. Diante do questionamento proposto, é possível notar à priori que os feminismos pós-colonial e internacionalista são responsáveis por causar um deslocamento ampliado da violência de gênero, em que se altera o nível de análise do privado ao público e do nacional para o internacional.

Ao considerar a intersecção entre raça e gênero, o feminismo pós-colonial coloca no centro de suas análises as mulheres do terceiro mundo. Se o encontro colonial pode ser também definido como um encontro sexual violento (Loomba, 2005), em que o corpo das mulheres configura um território a ser invadido, os conflitos armados contemporâneos apontam para uma violência de gênero pública e pós-colonial, em que corpo das mulheres torna-se campos de batalha durante os conflitos armados.

Ademais, o diálogo Sul-Norte contido no feminismo pós-colonial faz-se presente de diversas maneiras, sobretudo se questionarmos que não se pode desconsiderar que a predominância de conflitos no terceiro mundo com o fim da Guerra Fria ocorre com o suporte de países do Norte Global, especialmente do imperialismo norte-americano. Tal qual o feminismo pós-colonial, as guerras que tomam palco no pós-Guerra Fria também possuem sua parcela transnacional, embora sejam geograficamente localizadas. Assim, as feministas pós-coloniais reiteram que muito mais do que “a política por outros meios”, como constado por Clausewitz, a guerra é um empreendimento colonial que afeta especialmente a vida das mulheres.

O feminismo voltado para as Relações Internacionais, por ter como nível de análise por excelência, a arena internacional também é o grande impulsionador acerca da violência contra as mulheres em conflitos armados. Apesar da entrada ainda incipiente na disciplina, o aporte conta com uma ampla agenda de pesquisa de gênero, que agrega consideravelmente ao escopo das Relações Internacionais devido ao seu caráter crítico. Todavia, não é raro que algumas autoras, ao tratar das mulheres do Sul Global, o façam de maneira que reproduz alguns ímpetos “coloniais” e “imperiais” atestados pelas feministas pós-coloniais. Dessa forma, ao mesmo tempo em que é importante considerar suas contribuições, faz-se também necessário ressaltar que uma abordagem que leve em conta apenas uma perspectiva de gênero demonstra ser insuficiente na maioria dos casos.

4. CONCLUSÕES

Considera-se que esta pesquisa se justifica, sobretudo, em detrimento de sua relevância política e social. As atrocidades que acometem mulheres que estão expostas a conflitos armados passaram a ser uma questão difundida pelas instâncias políticas e internacionais muito recentemente. Neste sentido, este trabalho constitui um esforço para que este tipo de violência seja cada vez mais qualificado como algo a ser debatido com urgência e de maneira mais aprofundada pela comunidade política e acadêmica, levando em conta como a militarização e, consequentemente, a guerra afetam especialmente a vida das mulheres.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALLESTRIN, Luciana. Feminismos Subalternos: tensões, contribuições e limites. In **39º Encontro Anual da ANPOCS**, 2015.

ENLOE, Cynthia. **Banana, Beaches and Bases: making feminist sense of international politics**. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 2000.

ENLOE, Cynthia. **The morning after: sexual politics at the end of the Cold War**. Berkeley, University of California Press, 1993.

LOOMBA, Ania **Colonialism/Postcolonialism: The New Critical Idiom**, Routledge, Oxon, 2005.

MENDOZA, Breny. Transnational feminism in question In **Feminist Theory**, vol 3(3), 2002.

MOHANTY; PRATT. **Feminism and War: Confronting US**. London: Zed Press, 2008.

SJOBERG, Laura; VIA, Sandra (org). **Gender, War and Militarism: Feminist Perspectives**, California: ABC-CLIO, 2010.